

Reconstrução do processo de ocupação e formas contemporâneas de usos territorial do município de Piracaia (SP) do Sistema Cantareira

Reconstruction of the occupation process and contemporary forms of territorial use in the municipality of Piracaia (SP) within the Cantareira System.

Pesquisadora Dr.^a Lucimar Santiago de Abreu

Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, SP, Brasil

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

Beatriz Agostinho Giarola

Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

Natan Pinheiro de Freitas

Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

Pesquisadora Dr.^a Aline B. Telles Marques

Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, SP, Brasil

GT5. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo

A pesquisa reconstruiu o processo de ocupação territorial do município de Piracaia, SP, através da análise da paisagem onde se desenrolou as relações humanas com o meio ambiente, para atingir tal objetivo foi crucial descrever a paisagem, considerar a dimensão histórica de ocupação do território, do extrativismo até o estabelecimento de práticas produtivas, destacando os tipos de categorias socioeconômicas, a diversidade dos sistemas alimentares e os usos dos recursos naturais. Buscou também identificar as mudanças ocorridas e, em curso no mundo rural, que tomariam a forma de riscos associados às atividades humanas. O estudo problematiza as possibilidades de conciliar o desenvolvimento econômico, humano e a conservação dos recursos naturais e está ligado à preocupação atual de buscar uma relação harmônica entre prudência ambiental e a satisfação das necessidades humanas fundamentais. A metodologia da pesquisa foi baseada na análise sociológica e geográfica da ocupação do território, através da análise de documentos, artigos, literatura científica, em geral, mapas e dados do IBGE (2017 e 2022). Os resultados apresentam o histórico da ocupação humana e a caracterização geral do desenvolvimento rural, e contribui para a compreensão do processo de ocupação do território e os seus impactos ambientais, com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade territorial do meio ambiente.

Palavras-chave: agricultura familiar, dinâmicas socioambientais, espaço rural.

Abstract

The study reconstructed the process of territorial occupation in the municipality of Piracaia, São Paulo, through an analysis of the landscape where human-environment interactions unfolded. To achieve this objective, it was crucial to describe the landscape and consider the historical dimension of territorial occupation—from extractivism to the establishment of productive practices—highlighting socioeconomic categories, the diversity of food systems, and the uses of natural resources. It also sought to identify the changes that have occurred and are ongoing in rural areas, which take the form of risks associated with human activities. The study examines the possibilities of reconciling economic and human development with the conservation of natural resources and is linked to the current concern of seeking a harmonious relationship between environmental prudence and the satisfaction of fundamental human needs. The research methodology was based on a sociological and geographical analysis of land use, through the analysis of documents, articles, scientific literature in general, maps, and data from the IBGE (2017 and 2022). The results present the history of human occupation and a general characterization of rural development, and contribute to an understanding of the process of land occupation and its environmental impacts, with a view to informing the formulation of public policies aimed at the territorial sustainability of the environment.

Keywords: family farming, socio-environmental dynamics, rural areas.

1. Introdução

A compreensão das dinâmicas rurais contemporâneas exige considerar a articulação entre processos históricos de ocupação do território, formas de uso da terra e os instrumentos de regulação e intervenção pública que incidem sobre o espaço rural. No contexto brasileiro, estudos da sociologia rural têm demonstrado que a fragmentação fundiária, a diversificação produtiva e o fortalecimento da agricultura de base familiar podem redefinir as práticas agrícolas e as estratégias dos agricultores, sobretudo em territórios que não se consolidaram como grandes polos agroexportadores (Silva, 1999; Schneider, 2009). Nessas configurações, o espaço rural passa a ser organizado a partir da interação entre produção agrícola, conservação ambiental, organização social e formas territorializadas de abastecimento e circulação da produção (Abramovay, 2003; Marsden, 1999).

Nesse contexto, o município de Piracaia, localizado no interior do estado de São Paulo, na Região Administrativa de Campinas e inserido no domínio da Serra da Mantiqueira, apresenta-se como um caso relevante para a análise das transformações do espaço rural paulista. Seu território é marcado por relevo acidentado, vales e encostas, além de extensas áreas de preservação ambiental associadas ao Sistema Cantareira, que condicionam os usos do solo e impõem restrições às atividades produtivas (Donaton, 2018).

Estudos sobre o município indicam que a configuração rural de Piracaia resulta de uma trajetória histórica marcada por diferentes formas de uso e apropriação da terra, que incluem a inserção, ainda que tardia e menos intensa, nos circuitos da cafeicultura paulista, bem como a consolidação, ao longo do século XX, de práticas agrícolas de subsistência, da pecuária voltada ao abastecimento regional e do extrativismo vegetal. A partir das últimas décadas do século XX, Piracaia passou a vivenciar processos associados à reconfiguração do espaço rural, nos quais práticas agrícolas tradicionais coexistem com iniciativas vinculadas à agroecologia, à conservação ambiental, ao turismo rural e a novos usos do território, em um contexto fortemente influenciado por políticas públicas ambientais e de desenvolvimento rural (Donaton, 2018; Melero, 2023). Esse percurso histórico contribuiu para a predominância de pequenas e médias propriedades e para o fortalecimento de uma organização territorial na qual produção, meio ambiente e uso do solo devem se articular de forma estreita.

As transformações vivenciadas pelo município dialogam com o debate sobre a multifuncionalidade do espaço rural, no qual o rural deixa de ser compreendido exclusivamente como espaço produtivo e passa a incorporar funções ambientais, sociais, culturais e territoriais (Abramovay, 2003; Veiga, 2002). Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a formação histórica e as transformações do espaço rural de Piracaia (SP), articulando o processo de ocupação e reorganização territorial às dinâmicas contemporâneas associadas à fragmentação fundiária, à agricultura familiar, às políticas públicas e à multifuncionalidade do rural e influência da palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) para a dinâmica econômica do município. Para tanto, o trabalho estrutura-se a partir da reconstrução histórica da ocupação do território, seguida da apresentação dos referenciais teóricos que fundamentam a análise das dinâmicas rurais contemporâneas e, posteriormente, da análise empírica baseada em dados socioeconômicos do IBGE e do SIDRA, na elaboração de mapas e tabelas temáticas e na realização de entrevistas preliminares com agricultores, que subsidiam a interpretação dos resultados discutidos nas seções finais.

Contudo o resultado é parcial e a pesquisa terá continuidade com a realização de entrevistas e diálogos com os atores da rede sociotécnica local, entre os quais destacamos produtores, técnicos do governo, pesquisadores, consumidores e setores interessados da sociedade, governos locais, estaduais e federais, entre outros agentes do desenvolvimento local.

2. Revisão da Literatura

2.1 Ocupação, colonização e reorganização territorial: impactos históricos na configuração rural.

A compreensão das transformações recentes do espaço rural de Piracaia exige a reconstrução histórica dos processos de ocupação e organização do território. Antes da ocupação colonial, a região onde hoje se localiza o município integrava os territórios de circulação de povos tupi-guarani, que ocupavam amplamente o planalto paulista e as áreas associadas às bacias hidrográficas da Serra da Mantiqueira.

Estudos antropológicos e históricos indicam que grupos Guarani Mbya e Tupi-Guarani utilizavam as bacias dos rios Atibaia e Jaguari como áreas de passagem, ocupação sazonal e obtenção de recursos, estruturando redes territoriais que antecede em séculos a presença europeia na região (Ladeira, 2001; Instituto Socioambiental, 2022). Embora não haja registros arqueológicos detalhados de aldeamentos permanentes no território piracaense, reconhece-se que a ocupação indígena influenciou as primeiras formas de uso e organização do espaço. O

próprio topônimo “Piracaia”, de origem tupi (pirá - peixe e kaîa - queimado) remete à relação desses povos com os rios e os recursos naturais em sua estruturação territorial (IBGE, 2013 apud Donaton, 2018).

A partir do início do século XIX, a expansão das frentes agrícolas associadas à cafeicultura do Vale do Paraíba impulsionou a interiorização da ocupação colonial em direção à Zona Bragantina, integrando o território de Piracaia à lógica produtiva do interior paulista. Esse processo resultou no avanço das grandes propriedades rurais, no deslocamento progressivo das populações indígenas e na ruptura das redes de circulação anteriormente estabelecidas, marcando a transição de um espaço de uso indígena para um território controlado por frentes produtivas voltadas à exploração agrícola (Ladeira, 2001; Donaton, 2018).

A formação do núcleo urbano de Piracaia está inserida nesse contexto histórico de reorganização do território, desenvolvimento das bases produtivas do interior paulista e da articulação entre dinâmicas econômicas, sociais e religiosas típicas do período, tendo como marco inicial desse processo a construção de uma capela dedicada a Santo Antônio, em 1817, na então região da Cachoeira, pertencente ao município de Atibaia. Em torno desse núcleo religioso consolidou-se o povoado de Santo Antônio da Cachoeira, elevado à freguesia em 1836 e posteriormente emancipado como município em 1859, recebendo a denominação atual de Piracaia, em 1906 (Donaton, 2018; IBGE, 2013).

Durante o século XIX, a cafeicultura exerceu papel relevante na economia local, favorecendo a formação de fazendas e a inserção de Piracaia nos circuitos regionais de produção e circulação, reforçada pela implantação de um ramal da Ferrovia Bragantina. Contudo, diferentemente de áreas que se consolidaram como grandes pólos cafeeiros do estado de São Paulo, como o Vale do Paraíba, Campinas ou Ribeirão Preto, a expansão do café em Piracaia ocorreu de forma relativamente tardia e com menor intensidade (Donaton, 2018; IBGE, 2013). Como resultado, a cafeicultura não chegou a estruturar um padrão fundiário rigidamente concentrado, coexistindo com atividades de subsistência e com a pecuária voltada ao abastecimento regional, o que conferiu uma organização territorial e produtiva fragmentada no município.

Esse padrão territorial e produtivo observado em Piracaia dialoga com transformações mais amplas do espaço rural paulista ao longo dos séculos XIX e XX, particularmente aquelas associadas às mudanças nas formas de trabalho e na organização da produção agrícola. A literatura sobre o interior paulista destaca que a reorganização das relações de trabalho e da estrutura fundiária constituiu um eixo central para compreender as dinâmicas rurais desse

período, sobretudo em regiões que não se consolidaram como grandes polos agroexportadores (Silva, 1999).

Em Piracaia, a fragmentação progressiva das antigas propriedades rurais e a ampliação do número de pequenas e médias unidades produtivas esteve associada à transição para o trabalho livre, processo identificado por Donaton (2018) em estudo sobre a dinâmica do espaço rural. Em decorrência, houve o fortalecimento da agricultura de base familiar e a redefinição das formas de uso e ocupação do território (Schneider, 2009).

A reorganização produtiva observada ao longo do século XX reforçou essa configuração fundiária, à medida que a diversificação das atividades agrícolas e a produção mista passaram a desempenhar papel central na economia rural. Estudos sobre o rural brasileiro apontam que esse processo está associado à redução da dependência de monoculturas e à consolidação de unidades familiares, favorecendo a emergência de um rural menos especializado e mais flexível, no qual a produção agrícola se articula a diferentes funções econômicas e sociais (Abramovay, 2003; Veiga, 2002).

Dessa forma, a fragmentação fundiária em Piracaia deve ser compreendida como expressão de um processo histórico mais amplo de reorganização do trabalho e da produção no interior paulista, e não como resultado de transformações produtivas pontuais. Esse padrão fundiário, consolidado ao longo do século XX, constitui um elemento estruturante para a análise das dinâmicas rurais contemporâneas do município e fundamenta a interpretação dos resultados empíricos apresentados nas seções seguintes, especialmente no que se refere à multifuncionalidade do espaço rural e às novas formas de articulação entre produção, território e meio ambiente.

2.2 Ocupação, colonização e reorganização territorial: impactos históricos na configuração rural.

As análises feitas evidenciaram que a fragmentação fundiária e a consolidação da agricultura de base familiar em Piracaia resultam de um processo histórico de longa duração, associado à ocupação do território, à reorganização das bases produtivas e às transformações nas relações de trabalho no interior paulista. Esses elementos inserem o município em um conjunto mais amplo de dinâmicas que têm sido amplamente discutidas pela sociologia rural, especialmente no que se refere à reconfiguração do espaço rural brasileiro diante da fragmentação da propriedade, da diversificação produtiva e do fortalecimento da agricultura familiar (Silva, 1999; Schneider, 2009). Nesse contexto, tais processos não se restringem a

mudanças estritamente produtivas, mas envolvem transformações mais amplas nas formas de uso, apropriação e organização do espaço rural.

A partir desse enquadramento, a noção de rural multifuncional constitui um referencial analítico central para a compreensão das transformações contemporâneas do espaço rural. Conforme argumenta Abramovay (2003), o rural deixa de ser compreendido exclusivamente como espaço de produção agrícola, passando a incorporar funções ambientais, sociais, culturais e territoriais. Essa perspectiva é também discutida por autores como Veiga (2002) e Marsden (1999), que destacam a coexistência entre práticas agrícolas tradicionais, novas estratégias produtivas e usos não agrícolas do espaço rural. A adoção desse referencial teórico permite interpretar as dinâmicas observadas em Piracaia à luz de processos mais amplos de reorganização territorial, articulando produção, conservação ambiental, identidade territorial e novas ruralidades.

Nesse sentido, a abordagem adotada articula esse referencial teórico às contribuições da análise geográfica, por meio do uso de dados secundários, mapas temáticos e informações socioeconômicas, de modo a compreender como essas transformações se expressam concretamente no território. A integração entre a leitura histórico-teórica e a análise empírica permite examinar as dinâmicas rurais contemporâneas de Piracaia a partir de uma perspectiva multiescalar, que considera simultaneamente os processos estruturais e suas materializações espaciais.

3. Metodologia

O procedimento metodológico adotado articula abordagens qualitativa, quantitativa, descritiva e territorial, buscando analisar a complexidade de uma problemática associada diretamente às ciências sociais e à geografia. A pesquisa integra revisão bibliográfica, sistematização de dados secundários, observações de campo e produção cartográfica. A metodologia foi organizada em três eixos principais: (i) levantamento bibliográfico e documental em bases e repositórios acadêmico-científicos, aliado ao tratamento de dados socioeconômicos e agrícolas, com ênfase em estatísticas (especialmente IBGE/SIDRA); (ii) análise espacial dos usos da terra e das restrições territoriais, desenvolvida por meio da produção cartográfica em ambiente SIG (ArcGis).

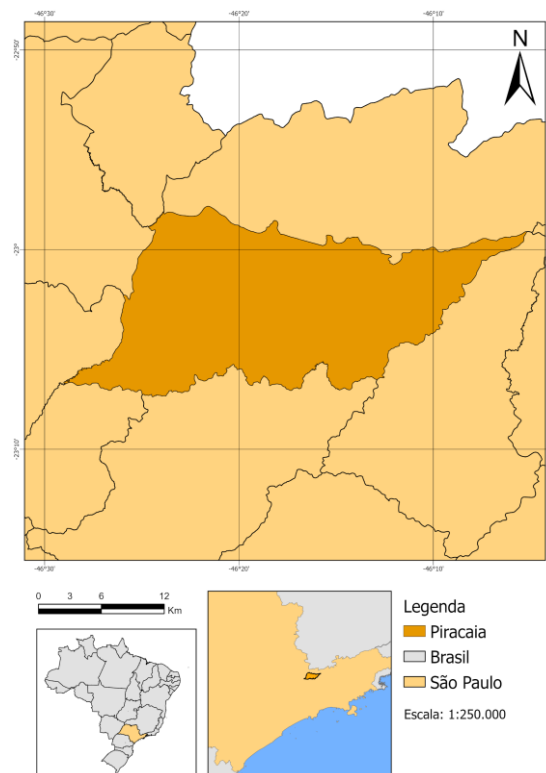
Trata-se da elaboração de resultados iniciais de uma investigação científica sobre o tema das “Redes de Inovação sociotécnicas vinculadas ao Projeto da Embrapa Meio Ambiente *“Bioeconomia: da conservação à agregação de valor aos frutos palmeira juçara no Sistema*

Cantareira” vinculado à parceria com o Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por meio de estágios e TCC.

4. Resultados e Discussão

A caracterização do município de Piracaia (SP) (Figura 1) parte da leitura da paisagem como uma expressão material do processo histórico de ocupação, de condicionantes naturais e formas contemporâneas de uso do solo. Desta forma, os resultados desta pesquisa evidenciam como os processos históricos e referências apresentados se materializam e dialogam com o município, articulando dados estatísticos, econômicos, análises territoriais, produção cartográfica e elementos qualitativos associados às percepções e práticas de atores locais, observados em visitas ao território.

Figura 1. Mapa de localização de Piracaia-SP.



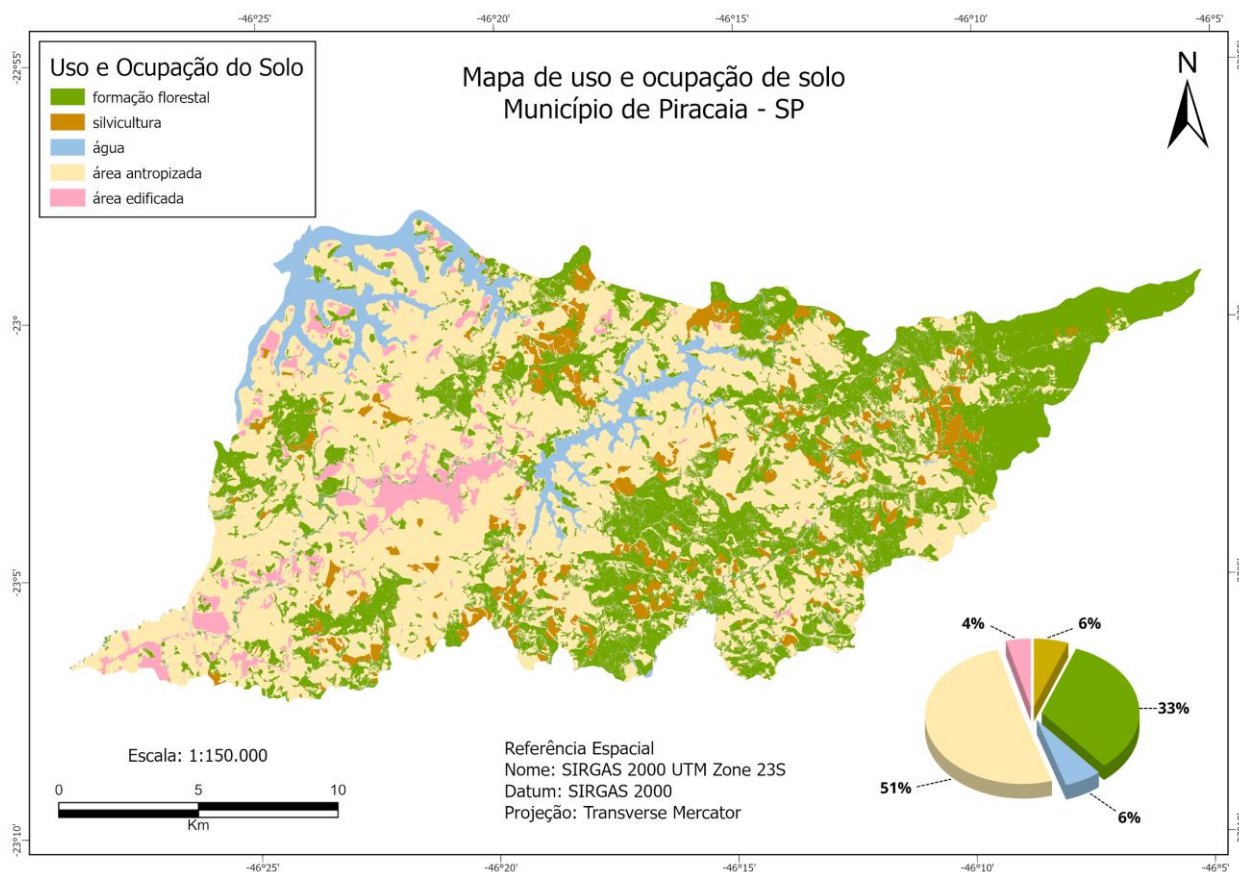
Fonte: Elaborado a partir da Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2024 (IBGE)

4.1 Condicionantes territoriais e paisagem do município.

Inserido em área de relevância socioambiental vinculada ao bioma Mata Atlântica, o município de Piracaia apresenta paisagens rurais e urbanas marcadas por diferentes formas de uso e ocupação do solo (Figura 2), observando-se áreas urbanas concentradas, espaços rurais produtivos e porções com restrições ambientais e hidrológicas, evidenciando as tensões e articulações entre conservação, produção e governança territorial que atravessam o município.

Além disso, o município também integra a Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira, uma unidade de conservação de uso sustentável que busca não só proteger e gerenciar os recursos hídricos dos reservatórios Jaguari–Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro e demais recursos hídricos (Figura 3), como também, conservar remanescentes de Mata Atlântica e fauna associada à essas bacias e sub-bacias (São Paulo, 2020).

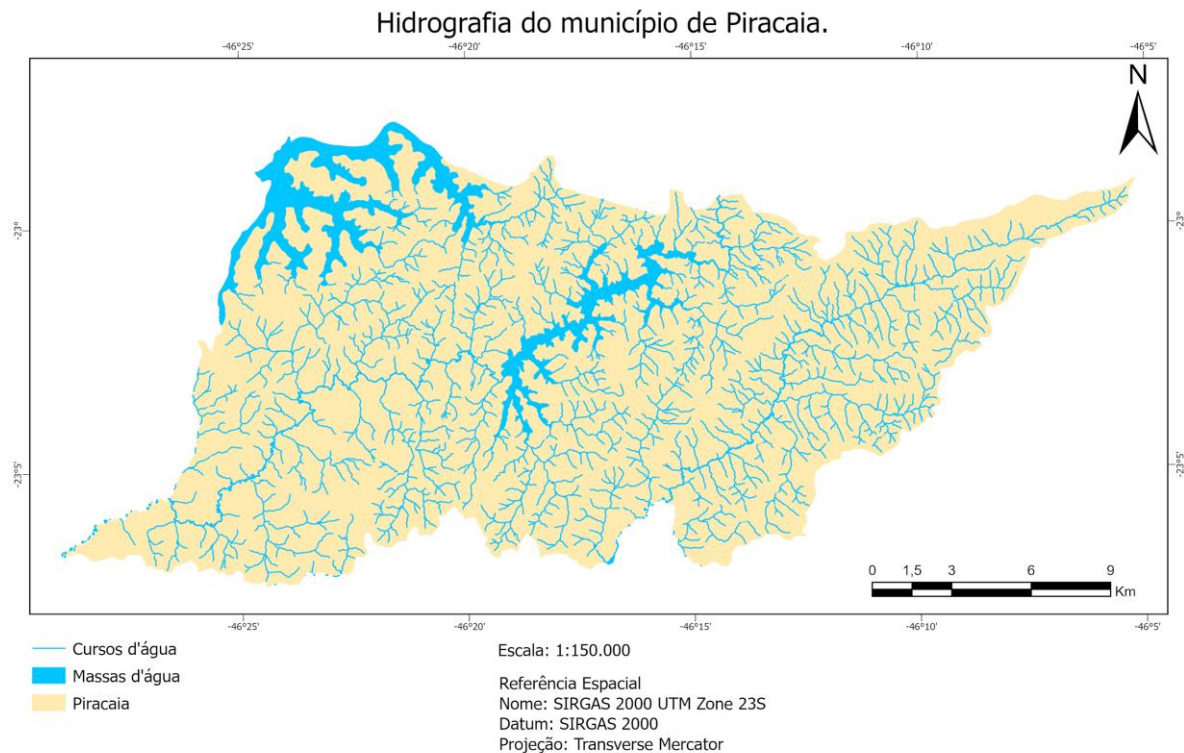
Figura 2. Uso e ocupação do solo do município de Piracaia.



Fonte: Elaborado a partir do Mapeamento em Alta Resolução dos Biomas Brasileiros da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2023).

O diagnóstico do Plano de Manejo, produzido pela Fundação Florestal da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística em 2020, confirma que a região é uma zona de transição entre formações florestais (com ecótono entre Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual) e ressalta que a ocupação antrópica e o parcelamento do solo substituíram, em grande medida, a continuidade original da cobertura florestal, reforçando a importância dos remanescentes e de áreas legalmente protegidas na sustentação de funções ecológicas e hidrológicas. Desta forma, a paisagem Piracaense se configura como um mosaico de diferentes formas de uso do território e seus recursos naturais.

Figura 3. Hidrografia do município de Piracaia.



Fonte: Elaborado a partir do Mapeamento em Alta Resolução dos Biomas Brasileiros da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2023).

Além do enquadramento na APA Sistema Cantareira, o município se insere em uma agenda pública de restauração e compensação ambiental voltada à proteção dos mananciais. Essa agenda envolve a gestão da Fundação Florestal e instrumentos estaduais como o Programa Nascentes (Decreto nº 62.914/2017), que orienta e estimula ações de recomposição de vegetação nativa e o direcionamento territorial de medidas/compensações para áreas prioritárias, com participação de órgãos ambientais como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) (São Paulo, 2020). Dentre os municípios que integram essa APA, Piracaia se enquadra na classe mais elevada de prioridade para restauração de vegetação nativa. Nesse diagnóstico, o município apresenta 19,3% de cobertura vegetal nativa (7.418 ha) em uma superfície municipal de 38.473 ha, proporção que sugere um quadro de fragmentação e torna particularmente relevantes as faixas de APP, os remanescentes florestais e as estratégias de recomposição e recuperação para manter conectividade e estabilidade ecossistêmica em um território associado a mananciais estratégicos (São Paulo, 2020).

Segundo análise feita pelo Plano de Manejo (2020) mencionado, os registros de fiscalização ambiental e os Autos de Infração Ambiental (AIA)¹ revelam forte recorrência de

¹ Os Autos de Infração Ambiental (AIA) são registros formais de atuação administrativa e fiscalização, emitidos por órgãos ambientais (como Ibama e a Polícia Militar Ambiental) mediante a infrações à legislação e normas

atuações relacionadas a danos à flora e a intervenções em APP: o diagnóstico aponta 86 autos no recorte municipal, com incidência mais elevada nas categorias registradas como Área de Proteção de Mananciais, APM (29), fogo (28) e embargo² (15), além de ocorrências em fauna (4) e APP (1), evidenciando que as dinâmicas socioambientais que se dão no município acarretam em pressão direta sob essas áreas que são ambientalmente sensíveis (São Paulo, 2020).

Segundo técnico da prefeitura de Piracaia, os principais problemas socioambientais que ocorrem no município decorrem do alto índice de incêndios urbanos e florestais entre julho e setembro, inundações e alagamentos causados por chuvas intensas, além de deficiências no saneamento básico, com grande parte da população sem coleta de esgoto adequada.

Segue, a descrição dos problemas identificados pela prefeitura: Incêndios e Queimadas: Ocorreu um aumento significativo de focos de incêndio durante a estiagem, agravado pela baixa umidade e práticas irresponsáveis, como queima de lixo. A prefeitura implementou planos de manejo integrado do fogo (PMIF) para combater esse problema. Realizam o desassoreamento do Rio Cachoeira para aumentar sua capacidade de vazão e reduzir inundações.

Gestão de Resíduos e Arborização: Apesar de 98,9% da população possui coleta de lixo, o município enfrenta o desafio de preservar a vegetação nativa da Mata Atlântica e projetos de arborização urbana e rural estão em andamento para recompor a vegetação, que teve grande parte de sua área original perdida. Esse conjunto de ações ainda não são suficientes para solucionar os problemas.

4.2 Caracterização demográfica e socioambiental do município.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de Piracaia apresentava uma população residente de 26.029 habitantes (IBGE, 2022) e, sob a ótica demográfica, o município é classificado como pouco populoso, apresentando uma densidade demográfica de 67,51 hab./km², valor considerado baixo se comparado à média do estado de São Paulo (179,4 hab./km²). Tais dados somados às primeiras observações feitas no local revelam um território marcado por vazios demográficos e áreas de ocupação dispersa, típicas de zonas rurais sob proteção ambiental. Além disso, a distribuição da população por situação do domicílio indica

ambientais. Os autos identificam e classificam o tipo de ocorrência (além do ator e multa ou penalidade cabível), servindo como evidência documental importante para a identificar a natureza e a distribuição das pressões antrópicas no território.

² O embargo se refere à categoria de atuação ligada ao descumprimento de embargo de obras ou atividades.

predominância urbana (21.415 pessoas, 82,27%), embora o contingente rural (4.614 pessoas, 17,73%) permaneça expressivo para um município inserido em dinâmicas socioambientais e produtivas vinculadas ao Sistema Cantareira.

A configuração da estrutura etária de Piracaia é materializada em uma pirâmide etária (Figura 04) de base reduzida, com apenas 16,23% da população na faixa dos 0 aos 14 anos de idade, e com um percentual similar (14,65%) no topo, faixa dos 65 a mais de 100 anos. Tal cenário aponta para um estágio mais avançado de transição demográfica, acompanhando a tendência observada em escala nacional (Brito, 2008; Vasconcelos, 2014), caracterizada pelo progressivo estreitamento da base da pirâmide, pelo alargamento do meio e topo em decorrência de processo de envelhecimento da população. O Censo de 2022 também indica uma elevada concentração (69,12%) na chamada População em Idade Ativa (PIA)³, podendo indicar uma pressão sobre a oferta de trabalho e levanta questões centrais sobre a sucessão familiar e a permanência do jovem no campo.

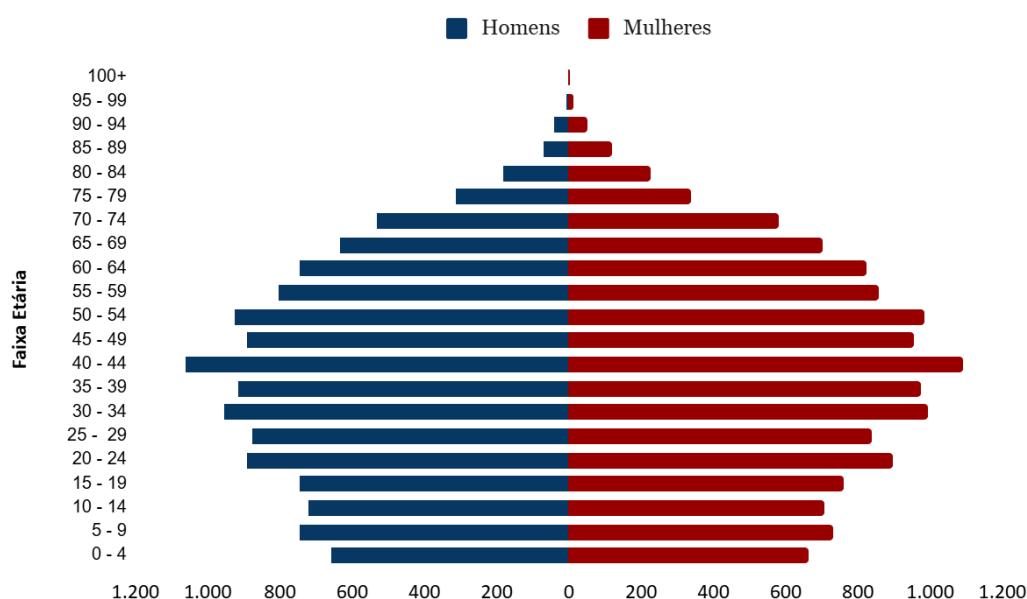


Figura 04.

Fonte: IBGE (2022).

Sob a perspectiva de gênero, há uma leve predominância feminina (51,17%) sobre a masculina (49,83%), enquanto a composição étnico-racial é majoritariamente branca (66,05%) e parda (27,89%), com presenças de populações pretas (4,83%), amarelas (1,11%) e indígenas (0,12%), segundo dados e categorias disponibilizados pelo IBGE. A compreensão dessa dinâmica demográfica é indissociável da análise socioeconômica e territorial.

³ Conceito adotado pelo IBGE para delimitar o contingente com potencial para suprir o mercado de trabalho (faixa etária de 15 a 64 anos).

Desde 2010, o município apresenta elevado IDHM (0,739 naquele ano) e trajetória de crescimento econômico ao longo do tempo. De acordo com os dados divulgados pela SEADE o PIB municipal passou de R\$ 256.488.272 para R\$ 661.695.603 em 2021, enquanto o PIB per capita aumentou de R\$ 10.218,25 para R\$ 25.084,18. A comparação do PIB per capita de 2021 entre os municípios abrangidos pela APA Sistema Cantareira indica que Piracaia ocupa posição intermediária entre o conjunto analisando, apresentando valores próximos aos municípios de Nazaré Paulista (R\$ 25.005,15) e Mairiporã (R\$ 22.873,14). Em contrapartida, os municípios de Atibaia (R\$ 59.471,46) e Bragança Paulista (R\$ 48.137,57) registram patamares substancialmente mais elevados, superando não só Piracaia como a própria média brasileira para o mesmo ano (R\$ 42.247,52).

Apesar de a maior parte do Valor Adicionado Bruto (VAB) vir do setor de Serviços (contribuindo com 67,9%), a análise da estrutura produtiva revela uma importância estratégica do setor primário na organização do espaço. Os 17,73% residentes de áreas rurais constituem o núcleo central das dinâmicas produtivas e dos conflitos socioambientais, uma vez que a agropecuária é o setor que mais diretamente interage com a gestão dos recursos hídricos e as áreas de preservação do Sistema Cantareira.

4.3 Uso da terra e estrutura fundiária atual.

Inserido em uma área atravessada por restrições e regulações ambientais associados ao Sistema Cantareira, o espaço rural de Piracaia concentra atividades produtivas diretamente conectadas ao uso do solo e à gestão dos recursos naturais, o que torna a estrutura fundiária e os padrões de ocupação rural, dimensões-chave para interpretar suas dinâmicas contemporâneas. Nesse sentido, a tipologia do produtor e a distribuição das propriedades por classes de área constituem indicadores centrais para interpretar as estratégias produtivas e seus limites. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA), considera agricultura familiar segundo a definição legal de Agricultura Familiar constatada no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Definindo o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, detém área de até 4 módulos fiscais, utiliza predominantemente mão de obra familiar, tem gestão familiar e renda majoritariamente originada da própria unidade produtiva.

Tabela 01. Distribuição das propriedades por categoria social.

	Nº de estabelecimentos	Porcentagem de estab.(%)	Área total (ha)	Porcentagem da área (%)	Área média (ha)
Familiar	160	52,46%	3325	21,39%	20,78

Não familiar	145	47,54%	12221	78,61%	84,28
Total	305	100%	15546	100%	-

Fonte: IBGE (2017).

O censo indica que a agricultura familiar é numericamente majoritária em Piracaia (52,46%), porém, como pode-se observar na Tabela (01), a distribuição da área é fortemente assimétrica: os agricultores familiares ocupam apenas pouco mais de 21% da área total enquanto agricultores não familiares concentram quase 79%, sugerindo a coexistência entre uma ampla base de unidades produtoras familiares e um núcleo menor de estabelecimentos com maior controle territorial, gerando implicações diretas para escala produtiva e para as condições de reprodução econômica no espaço rural. Em Piracaia, estado de São Paulo, um módulo fiscal corresponde a 24 hectares.

Tabela

02:

Agricultura Familiar			Agricultura não Familiar		
Área (ha)	Nº	%	Área (ha)	Nº	%
Total	160	100%	Total	145	100%
0 a < 4	41	25,6%	0 a < 4	17	11,7%
4 a < 10	36	22,5%	4 a < 10	29	20,0%
10 a < 20	23	14,4%	10 a < 20	17	11,7%
20 a < 50	34	21,3%	20 a < 50	26	17,9%
50 a < 100	24	15,0%	50 a < 100	21	14,5%
100 a < 200	0	-	100 a < 200	19	13,1%
200 a < 500	0	-	200 a < 500	8	5,5%
500 a < 1000	0	-	500 a < 1000	7	4,83%

Estratificação do Censo Agropecuário 2017.

Fonte: IBGE (2017)

Assim, embora a área média dos estabelecimentos familiares seja de 20,78 ha, a classe predominante indica que o maior contingente de unidades familiares se concentra em 0

a < 4 ha, e a distribuição evidencia que em 48,1% dos estabelecimentos familiares a área não ultrapassa 10 ha, mostrando que a maior parte opera em uma escala territorial significativamente inferior à sugerida pela média. Entre os não familiares, embora a classe predominante seja a de 4 a <10 ha (20,0%), a distribuição revela maior dispersão e presença expressiva em faixas superiores: 17,9% dos estabelecimentos situam-se entre 20 a <50 ha e 37,9% possuem 50 ha ou mais. Esse perfil mais heterogêneo contribui para uma área média elevada (84,28 ha) e indica que, nesse segmento, a média tende a se aproximar mais do porte efetivamente observado do que no caso da agricultura familiar.

4.4 Agricultura familiar e estratégias produtivas

4.4.1. Elementos para reflexão associados à concepção teórica

Para além da importância dos números estatísticos, as análises científicas sobre os agricultores familiares sustentam-se em diferentes concepções teóricas cujas implicações sociais e políticas precisam ser reveladas. Uma razão importante está no fato de que é necessário conhecer ou reconhecer as diversas situações de funcionamento das unidades de exploração da área de estudo escolhida, e assim classificá-lo de acordo com as situações em que se encontram. Mas, para além da definição do IBGE Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. A quais são os aportes teórico-metodológicos que subsidiam a discussão sobre que é a agricultura familiar? Trata-se de uma forma social heterogênea cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. A organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e de sua família, e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar. (Lamarche, 1993, apud Abreu, S. de, 2005)

Do ponto de vista sociológico o termo a agricultor (a) familiar recobre situações extremamente variadas e diferentes (Lamarche, 1993, apud Abreu, S de, 2005), e se define a partir de um maior ou menor grau de integração com a sociedade econômica, tanto do plano técnico-econômico quanto do plano sociocultural. Para os autores, um determinado grau de integração à sociedade econômica corresponde *a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida* e, acrescentamos, um determinado modo de percepção social do meio ambiente. Entendemos, assim, que a consideração dessas variáveis permite que esta abordagem dê conta dessa dupla dimensão da unidade de exploração familiar.

O estado de transmissão de um patrimônio sociocultural comum, assim como o estado de conservação desse patrimônio, pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra e mesmo de um agricultor para outro dentro da mesma sociedade. A coexistência de diversos modos de funcionamento demonstra que a unidade de produção familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da unidade de produção camponesa. Devem ser levadas em consideração as condições de bloqueio ou de ruptura, que lhes permitem ou não colocar em prática as estratégias para atingir seus objetivos (Abreu, 2005).

Os elementos teóricos conceituais abordados serão considerados para definição da amostra do universo social e da análise em profundidade, na segunda etapa do projeto, ou seja, relativa à pesquisa qualitativa.

4.5. A distribuição das atividades econômicas no espaço rural de Piracaia

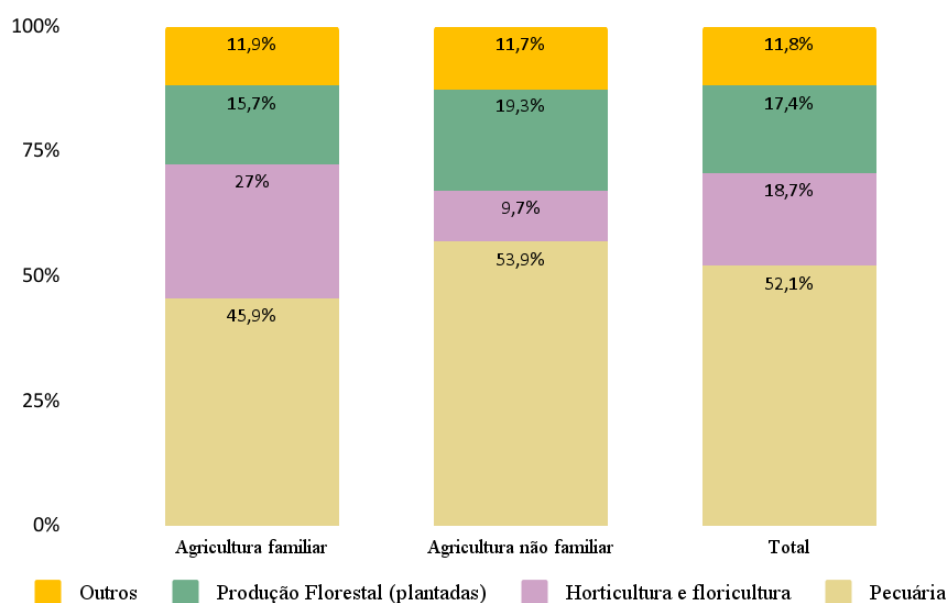
A partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA), elaborou-se o Gráfico 01 da distribuição percentual dos estabelecimentos por atividade e tipologia da agricultura (familiar e não familiar).

Nota-se que, no município, a pecuária predomina no conjunto dos estabelecimentos (52,1%), seguida por horticultura e floricultura (18,7%) e por produção florestal plantadas (17,4%), enquanto lavouras temporárias e permanentes, aquicultura e produção florestal nativas representam parcelas menores, totalizando apenas 11,8%. A análise da especialização por tipos de agricultores evidencia a coexistência de lógicas produtivas distintas no rural Piracaense. Na agricultura não familiar, a participação dos estabelecimentos se concentra em um conjunto mais restrito de atividades: pecuária (59,3%) e produção florestal plantadas (19,3%), enquanto a horticultura e floricultura representam parcela menor (9,7%;). Em contraponto, na agricultura familiar, embora a pecuária permaneça relevante (45,9%), a participação relativa de horticultura e floricultura (27%) é bem mais expressiva e há maior presença proporcional de outras atividades, sugerindo maior diversificação produtiva.

A participação expressiva da horticultura e floricultura na agricultura familiar, em contraste com o setor não familiar, aponta para estratégias em que a viabilidade econômica tende a depender mais de intensificação em pequena escala, diversificação e busca por nichos e canais de comercialização capazes de remunerar produtos de maior valor agregado. Nesse sentido, a horticultura/floricultura pode sinalizar potencial maior de inserção em circuitos curtos (abastecimento local/regional, feiras e outras formas de venda direta) e de reforço da multifuncionalidade do espaço rural (produção, geração de renda, manutenção de atividades e serviços associados ao rural). Essa diversificação assume relevância adicional em um território

atravessado por restrições ambientais e por pressões de mercado, uma vez que reduz a dependência de uma única atividade e amplia a capacidade de adaptação dos estabelecimentos familiares.

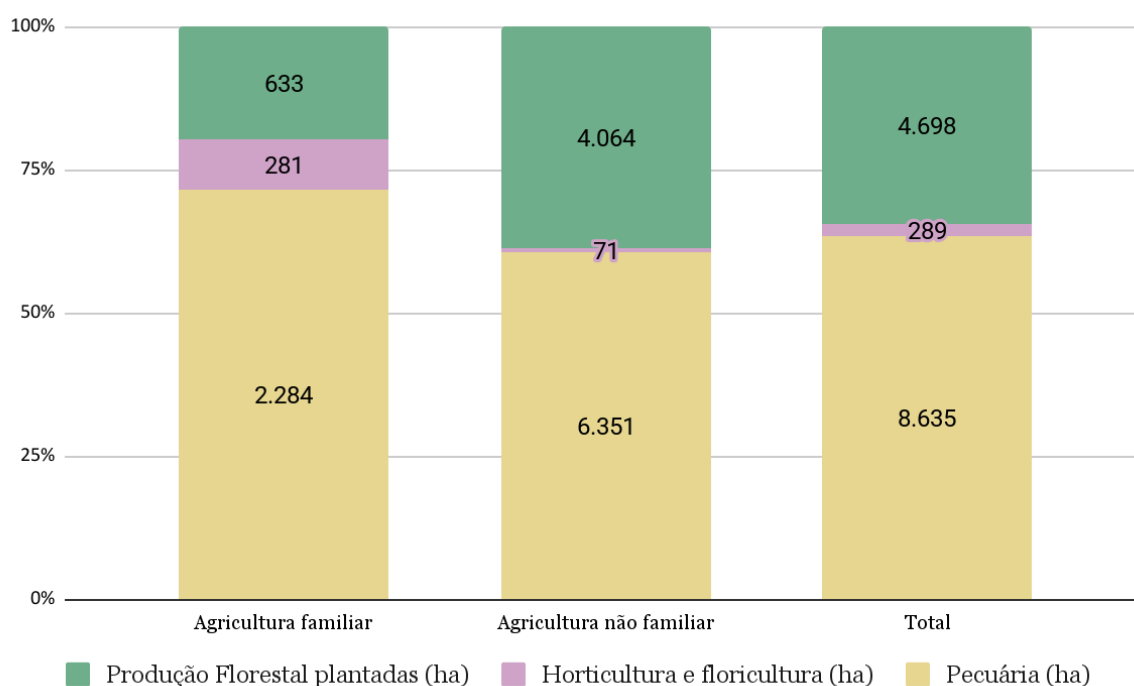
Gráfico 01 - Distribuição percentual dos estabelecimentos por atividade e tipologia da agricultura (familiar e não familiar).



Fonte: IBGE (2017)

Além da distribuição de estabelecimentos, os dados de área por atividade (apresentados no Gráfico abaixo) permitem qualificar o contraste entre diversidade produtiva e expressão territorial das atividades. Entre os estabelecimentos familiares, a pecuária ocupa 2.284 ha, enquanto a produção florestal (refere-se ao Eucalipto, entre outras espécies) plantada ocupa 633 ha e a horticultura/floricultura 218 ha. Isso indica que, apesar de a horticultura/floricultura reunir parcela expressiva dos estabelecimentos familiares, sua expressão territorial é proporcionalmente reduzida. Já no segmento não familiar, a pecuária ocupa 6.351 ha e a produção florestal plantada (refere-se ao Eucalipto de forma predominante) 4.064 ha, evidenciando o peso territorial dessas atividades e sua centralidade na organização produtiva desse grupo.

Gráfico 02 - Distribuição de estabelecimentos por área de atividade e diversidade produtiva.



Fonte: IBGE (2017)

Quando se considera conjuntamente a participação em número de estabelecimentos (Gráfico 01) e a área ocupada (Gráfico 02), fica mais nítida a diferença entre atividades que estruturam a base econômica de muitos produtores e aquelas que, além disso, imprimem maior marca espacial na paisagem rural. No caso familiar, a horticultura/floricultura aparece como atividade numericamente relevante, mas territorialmente concentrada em porções menores. No caso não familiar, a pecuária e a silvicultura plantada combinam alta participação e elevada área associada, o que reforça sua capacidade de ordenar o uso do solo em escala municipal e, por consequência, de influenciar a relação entre produção e conservação.

Em síntese, a estrutura produtiva local combina um eixo territorialmente dominante associado à pecuária e à silvicultura, e um conjunto de atividades de menor expressão espacial, mas crucial para a diversificação e para a reprodução econômica de parte relevante dos estabelecimentos, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. Essa leitura contribui para discutir a multifuncionalidade do rural Piracaiense e oferece base empírica para, adiante, aprofundar como diferentes combinações produtivas se articulam a mercados, redes de apoio e exigências ambientais, com implicações distintas para o manejo do solo e dos recursos naturais. Segundo Donaton, 2018, o município tem cerca de 60 produtores que cultivam no sistema orgânico, dos quais dois (2) já foram certificados oficialmente junto ao Sistema Participativo

de Garantia (SPG) da Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), através do processo de certificação participativa.

4.6. Palmeira Juçara

A respeito da presença da palmeira Juçara na região (Bevilaqua, 2023) e da existência de áreas aptas ao seu plantio (Garcia, 2019), objeto da pesquisa mais ampla, o levantamento bibliográfico e a análise de dados do SIDRA/IBGE evidenciaram uma escassez de registros. Este vazio informacional será abordado mediante a aplicação de roteiros de entrevistas estruturadas, com o intuito de verificar se a ausência de dados reflete uma falta de influência histórica da espécie no município, contrastando com a presença da Juçara na literatura de outros locais do Bioma. (Barroso; Reis; Hanazaki, 2010).

5. Considerações finais

O município de Piracaia, SP, é um caso relevante de transformações do espaço rural paulista. O território é marcado por relevo acidentado, vales e encostas, além de extensas áreas de preservação ambiental associadas ao Sistema Cantareira, que condicionam os usos do solo e impõem restrições às atividades produtivas. Constatou-se que ocorre a predominância de unidades produtivas de natureza familiar decorrente do processo histórico e do contexto natural do território, revela também um forte potencial para o fortalecimento de uma organização territorial na qual produção, meio ambiente e uso do solo devem se articular de forma estreita.

A distribuição das atividades econômicas no espaço rural de Piracaia resulta das estratégias produtivas adotadas pelos agricultores e, em certa medida, revela padrões de uso da terra e de organização da produção. Em um contexto em que coexistem uma base numerosa de unidades de menor porte e a concentração de área em um subconjunto de estabelecimentos, a análise da distribuição das atividades econômicas tornou-se ainda mais relevante para compreender a multifuncionalidade do espaço rural no município, bem como os modos pelos quais os agricultores se apropriam e manejam os recursos naturais da região. Ou seja, foi detectado que as práticas agrícolas tradicionais coexistem com iniciativas vinculadas à agroecologia, à agricultura orgânica, à conservação ambiental, ao turismo rural e a novos usos do território. Contudo, a caracterização aprofundada dos problemas socioambientais do meio rural, às medidas adotadas para mitigar esses problemas e o processo de transição ecológica carece de investigação aprofundada, bem como é necessário compreender a dinâmica de acesso dos agricultores aos programas e políticas públicas, questões de pesquisa planejadas para a próxima etapa do estudo.

Referências

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios rurais. *Revista de Economia Aplicada*, 4(2), 379–397.
- Abramovay, R. (2003). *O futuro das regiões rurais* (2. ed.). Editora da UFRGS.
- Abreu, L. S. (2005). *A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira*. Embrapa Meio Ambiente.
- Barroso, R. M., Reis, A., & Hanazaki, N. (2010). Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. *Acta Botanica Brasilica*, 24(2), 518–528. <https://doi.org/10.1590/S0102-33062010000200025>
- Bevilaqua, P. (2023). *Estrutura populacional da palmeira juçara (Euterpe edulis mart.) e sua relação com as características do solo em um fragmento de Mata Atlântica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- Brasil. (1964). *Law No. 4,504, of November 30, 1964 (Provides for the Land Statute, and other measures)*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Retrieved in 2026, January 6, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.
- Carneiro, M. J. (2012). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (1. ed.). Mauad.
- Donaton, G. M. E. P. (2018). *A produção orgânica no município de Piracaia, SP, a relação produtor-consumidor: O caso da associação Piracaia Orgânica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Retrieved in 2025, November 26, from <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/61020efc-d313-4320-be9c-d22c829289cf>.
- Faccio, N. B. (2015). Os Sítios Arqueológicos Guarani do Município de Iepê, estado de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (25), 119–131. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2015.114974>
- Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). *Mapeamento em Alta Resolução dos Biomas Brasileiros*: Brasil. Rio de Janeiro: FBDS, 30 abr. 2023.
- Garcia A. *Agroclimatic Zoning for the Palm Euterpe edulis M.* in São Paulo State, Brazil. *Journal of Agricultural Science*. doi:10.5539/JAS.V11N10P217
- Graziano, J. S. (1999). *O novo rural brasileiro* (2. ed.). UNICAMP. Retrieved in 2025, November 26, from <https://www.eco.unicamp.br/colecao-pesquisa/o-novo-rural-brasileiro>.
- Instituto Socioambiental. (2022). *Povos Indígenas no Brasil – Guarani Mbya e Tupi-Guarani em São Paulo*. ISA. Retrieved in 2025, October 30, from https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya.
- Kay, C. (2008). *Reflexiones sobre el desarrollo rural en América Latina: nuevas ruralidades y neoliberalismo*. *Revista Mexicana de Sociología*, 70(4), 607–645. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032009000400001

Ladeira, M. I. M. (2001). Espaço geográfico Guarani-MBYA: significado, constituição e uso (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Retrieved in 2025, November 26, from <https://repositorio.usp.br/item/001188753>.

Marsden, T. (1999). Rural futures: the consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*, 39(4), 501–520. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00121>

Melero, M. G. (2023). Evolução do uso e ocupação do solo no município de Piracaia (SP) (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Retrieved in 2025, November 26, from <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/p1/biblio-1519124>.

Moraes, C. A. (2007). Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sabourin, E. (2011). Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 31(2), 9–24. <https://doi.org/10.37361/raizes.2011.2.1>

São Paulo (Estado). (2020). Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira. Fundação Florestal. Retrieved in 2026, February 4, from <https://fflorestal.sp.gov.br/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/apa-sistema-cantareira/>.

Schneider, S. (Ed.). (2009). *A diversidade da agricultura familiar* (2. ed.). Editora da UFRGS.

Veiga, J. E. (2002). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (2. ed.). Autores Associados.

Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(supl. 1), 25–44. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

Zimmermann, S. A., Grisa, C., Tecchio, A., & cols. (2014). Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. *Revista Campo-Território*, 9(17), 540–573.